



**NO CAMINHO DA ANTROPOLOGIA HISTÓRICA OU HISTÓRICA
ANTROPOLÓGICA: CONEXÕES (IN)DISCIPLINARES, ABORDAGENS
CONFLITUOSAS E PERSPECTIVAS DIACRÔNICOS**

Rosalvo Ivarra Ortiz

Universidade de São Paulo (PPGH/FFLC/USP)

E-mail: rosaltvortiz@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo busca clarificar os vínculos, limites e potencialidades teóricas que há entre antropologia e história ao longo do tempo. Dessa maneira, desenvolve-se uma abordagem que sugere as relações existentes entre antropologia e história, suas tensões complementares, as contribuições metodológicas de uma disciplina para outra e as diferentes combinações que podem resultar de um exercício tão sugestivo. Ao mesmo tempo, é feita uma (re)visão das formas intrínsecas entre uma disciplina e outra- a maneira como as duas estão interligadas/conectadas, bem como os argumentos que levam à separação e divórcio de cada uma. Para isso, é feita uma viagem que mostra como a especialização disciplinar de cada ciência (epistemologia) é necessária, por um lado, ao tentar interpretar os fenômenos que se propõe investigar em profundidade; mas, por outro lado, mostra seus efeitos colaterais negativos, pois pode levar as visões, descobertas ou pontos de vista que enriquecem cada disciplina. Portanto, estamos cientes que muitas coisas foram feitas ao longo da história a envolver essas duas disciplinas- assim, nosso objetivo é jamais esgotar a discussão, apenas trazer uma (re)tomada das conexões que há entre antropologia e história ou história e antropologia- pretendemos com isso abrir novos horizontes de possibilidades para o alvorecer de novas pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia. História. Conexões. Conflitos. Diálogos.

**IN THE WAY OF HISTORICAL ANTHROPOLOGY: (IN) DISCIPLINARY
CONNECTIONS, CONFLICTORY APPROACHES AND DIACHRONIC
PROSPECTS**

ABSTRACT

This article seeks to clarify the bonds, limits and theoretical potentialities that exist between anthropology and history over time. In this way, an approach is developed that suggests the relationships between anthropology and history, their complementary tensions, the methodological contributions from one discipline to another, and the different combinations that may result from such a suggestive exercise. At the same time, a (re) view of the intrinsic forms is made between one discipline and another - the way the two are interconnected, as well as the arguments that lead to their separation and divorce. For this, it is made a trip that shows how the disciplinary specialization of each science (epistemology) is necessary, on the one hand, when trying to interpret the phenomena that it proposes to investigate in depth; but, on the other hand, it shows its negative side effects as it can lead to the insights, discoveries or

viewpoints that enrich each discipline. Therefore, we are aware that many things have been done throughout history to involve these two disciplines - so our goal is never to exhaust the discussion, just to bring about (re) taking the connections between anthropology and history or history and anthropology - we want to This opens new horizons of possibilities for the dawn of new research.

KEYWORDS: Anthropology. History. Connections. Conflicts. Dialogues.

“Como é maravilhoso que ninguém precise esperar um minuto sequer antes de começar a melhorar o mundo... Apesar de tudo eu ainda creio na bondade humana... Enquanto puderes erguer os olhos para o céu, sem medo, saberás que tens o coração puro, e isto significa felicidade”. (Anne Frank)

INTRODUÇÃO

A antropologia como disciplina pode ser abordada de várias perspectivas ou óticas, sobretudo, como o pesquisador(a) desejar. Possivelmente, é a mais ambiciosa das ciências sociais, porque não se concentra apenas na análise, compreensão e interpretação das culturas de todos os lugares e épocas, mas, em seus propósitos, pode atingir, holisticamente, tópicos importantes como economia, política, parentesco, tecnologia, religião, gênero, arte, organização social, pensamento, simbólico, entre muitos outros como demonstram Kaplan e Manners (1979).

As preocupações centrais do campo antropológico são baseadas em dois temas fundamentais: a) como os sistemas culturais funcionam, b) como eles se tornaram e posteriormente como são. Nesse sentido, pode-se afirmar que a tarefa antropológica se move entre as categorias de descrição e explicação, de diferentes e similares, de continuidade e mudança cultural ao longo do tempo (Ringuelet, Archenti, Attademo, Salva, Weingast, 2013, p. 6).

O exercício- ou melhor a atividade antropológica exige que o(a) pesquisador(a) - como em toda ciência - não apenas um *corpus* suficientemente complexo para começar a teorizar sobre o assunto, mas também para conduzir a discussão de sua pesquisa em diferentes áreas e contextos, uma discussão que será definida tanto por o conflito que poderá atravessar esta ou aquela comunidade/sociedade, assim como as preocupações subjetivas que filtram o pensamento do olho do observador(a). Mesmo os efeitos da cultura e do momento histórico pelo qual cada pesquisador(a) está passando devem ser mencionados. Portanto, podemos encontrar vários aspectos antropológicos que requerem outros métodos, abordagens e perspectivas.

Desde o seu surgimento, as correntes de pensamento existentes que se estruturam no estudo da cultura se concentraram irremediavelmente em recontar a imensidão de maneiras pelas quais homens e mulheres vivem seu cotidiano- através da comparação de estruturas que possibilitam olhar-se através dos olhos um do outro. Diferentes concepções de como cada cultura enfrenta a variedade de organizações mentais humanas; o sonho, a imagem, a família, o tempo, o espaço e até os mesmos processos estruturantes das histórias e narrativas que dão vida e significado a cada cultura.

Por assim dizer, é essencial adotar uma abordagem que possa nos fazer vislumbrar as relações profundas entre antropologia e história, suas tensões complementares, as contribuições metodológicas de uma disciplina à outra e as diferentes combinações que podem resultar de um exercício tão sugestivo. Nesse sentido, é importante (re)visar brevemente as formas intrínsecas entre uma disciplina e outra, os pontos de fuga e tensão- a maneira pela qual ambas estão interligadas/conectadas, bem como os argumentos que levam à sua separação, divórcio ou ainda desencantamento.

Esse esforço implica não apenas focar na ideia do que uma antropologia da história pode dar origem, uma vez que tal construção exige a combinação e a análise de vários elementos que orbitam em torno de cada disciplina, cada teoria, cada paradigma. Aqui, a ordem do espaço temporal está implícita de maneira objetiva, assim como o passado, a memória, o imaginário, a arte e todos esses *backups historiográficos* que servem para entender e transformar a percepção que um grupo tem de si e de outros.

Da mesma forma, é necessário traçar uma linha que apoie e revele como é que as explicações socioculturais válidas podem ser abordadas antropologicamente e historiograficamente que ajudam a entender a complexidade dos fenômenos atuais por meio do uso da memória (individual e coletiva), então, como se pretende mostrar abaixo, as estruturas interpretativas pelas quais construímos nossa realidade presente são sempre mediadas pelos usos que podem ser dados ao passado.

Por fim- é necessário dizer que tal prática não é exclusiva da antropologia, mas também podemos encontrá-la, com raízes profundas, na sociologia ou no estudo da mídia ou comunicação, porque, com o grande poder que elas possuem atualmente- têm a enorme capacidade de influenciar as construções/formulações do presente-passado-futuro de uma sociedade através do

estabelecimento de agendas que determinam o que deve ser lembrado e o que é permitido cair no esquecimento.

ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA: DIFERENCIAÇÃO

No início, a antropologia foi fundada como uma ciência da história. Contudo, as realizações positivistas nas áreas do físico e do orgânico orientaram os antropólogos do século XIX a especular sobre as possíveis leis que governavam os fenômenos sociais. Essa convicção estava interligada aos ideais iluministas do século XVIII e à concepção da História Universal da humanidade. Assim, os antropólogos desses momentos, independentemente de quantos vazios apresentassem em suas abordagens e com seu cientificismo do século XIX, chegaram a propor propostas que davam importância duradoura às suas pesquisas.

A antropologia se expandiria nos séculos seguintes e antropólogos de várias partes do mundo quase sistematicamente começariam a rejeitar as alegações científicas inúteis das quais as origens das instituições ou suas causas dificilmente poderiam ser descobertas. Em particular, as escolas norte-americanas chegaram à afirmação da inexistência de leis históricas, bem como a refutar a impossibilidade de uma ciência da história (HARRIS, 1999, p. 1).

As diferenças entre os locais de trabalho da história e da antropologia ao longo do tempo foram claramente observadas. A antropologia focou no espaço, no presente do indivíduo, no conjunto de relações que vincula o grupo social, enquanto o olhar da história se concentrou no tempo, sequência e continuidade. O estudo da alteridade é dado em duas dimensões diferentes: a antropologia visa - ou pelo menos pretende - trabalhar com um grupo social isolado, distante na relação espacial com o modo de vida ocidental, enquanto a história se constrói através da distância temporal, pela qual ele tentou estabelecer uma distância suficiente para ter uma heterogeneidade cultural, como nos alertou Lévi-Strauss (1995).

A Antropologia, portanto, concentra-se no estudo das instituições nas quais os indivíduos de cada cultura vivem suas vidas diárias. Um exemplo claro é encontrado no estudo das estruturas de parentesco: conhecendo essas estruturas, a observação de casos particulares vai para segundo plano, até que seja reduzida apenas para ser um exemplo ilustrativo da operação de tais instituições, assumindo-se assim sua existência e é descrito como irrelevante investigar suas origens/raízes históricas. Aparece então como uma antropologia de caráter duplamente a-histórico ou anti-

histórico: primeiro, diz Korsbaeck, porque as instituições que governam a ação individual não têm origem ou processo histórico; e, segundo, porque os sujeitos que agem dentro deles realmente não possuem historicidade. A situação é diferente do lado da história: a disciplina aceita a presença de instituições, mas estas servem apenas como estruturas subjacentes da ação individual sobre a qual ocorre o exercício da liberdade do sujeito, que, dessa maneira, se torna sujeito histórico (KORSBAECK, 2006).

Parece que, por tradição, os antropólogos se esquivaram e negligenciaram as contribuições da História e dos historiadores. Podemos encontrar indicações claras nas quais Sir Edward Evan Evans-Pritchard testemunha essa realidade:

Em 1950, tive a oportunidade de fazer a conferência em homenagem a Marett na Universidade de Oxford (Inglaterra). Então eu disse que considerava a antropologia mais relacionada a certos tipos de história do que às ciências naturais. Não direi que havia lá tempestade de protesto, mas, como mostram os críticos endereçado a mim, sim, houve um choque com preconceitos anti-históricos. A influência neste país de Malinowski e Radcliffe-Brown, ambos extremamente hostis à história, ainda era dominante. Mas também em outros países houve hostilidade ou pelo menos indiferença ao método histórico. Durkheim, embora possivelmente não seja anti-histórico, era um a-histórico e, de qualquer forma, seus estudos sobre desenvolvimento estão mais no campo da tipologia evolutiva do que no histórico. A atitude dele em relação à história era ambígua e acho que não pode ser aceita. Apesar das aparências, na antropologia geral nos Estados Unidos, como Kroebe disse, ela tem sido fundamentalmente de tendência pré-histórica (EVANS-PRITCHARD, 1961, p. 1- Tradução minha).

Essa ruptura é gerada pela escola inglesa ou funcionalista, cujos principais expoentes são Bronislaw Malinowski e Radcliffe-Brown, que dão ênfase especial aos métodos baseados no trabalho de campo. E se há algo que distingue a antropologia principalmente, pelo menos de Franz Boas e Malinowski, é o ritual inevitável do intenso trabalho de campo, a chamada observação participante, elevada "à categoria de *deus ex machina*" (LLOBERA, 1975, p. 10) que faz parte do *glamour antropológico*- uma vez que estabelece as principais bases da disciplina.

Em um esforço para entender o que está por trás do divórcio entre história e antropologia, Evans-Pritchard tenta estabelecer que a razão fundamental pela qual eles falharam em integrar os dois campos é porque os antropólogos não aprenderam a tratar sociologicamente materiais/conteúdos históricos (EVANS-PRITCHARD, 1961, p. 5). Para Lévi-Strauss, por outro lado, o interesse do etnólogo, ao contrário do historiador, repousa principalmente sobre o que não está documentado, precisamente porque esse é seu objeto de estudo, tudo o que as sociedades não

pensam em fixar em pedra ou papel. Essa dicotomia de Lévi-Strauss a resolve através do reconhecimento das facetas inconscientes do pesquisador(a) e da vida social. O etnólogo é dedicado à análise de tais elementos, mas seria absurdo supor que o historiador os ignore, uma vez que ele apenas tenta explicar os fenômenos sociais por meio de eventos nos quais os grandes processos históricos pode passar despercebido- trata-se de explicar o que pareceu à humanidade "como consequência de suas próprias representações e atos". Aproveitar esse aparato complexo de elaboração do inconsciente - que alguns como Gilbert Durand chamam imaginário - também é tarefa do historiador (LÉVI-STRAUSS, 1995, p. 70-71). Portanto, a história não está interligada a seres humanos ou a qualquer objeto especificamente- sua particularidade/especificidade é encontrada em seu método indispensável para inventariar a realidade (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 380).

ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA: OLHAR HORIZONTAL

Henry Ford disse uma vez: “Eu não inventei nada de novo. Simplesmente reuni as descobertas de outros homens que trabalharam por séculos” (CRAIG, 2015), o que nos leva a considerar como novas invenções tecnológicas, medicina moderna, teorias científicas ou filosóficas, surgem narrativas literárias, entre outras. O que seriam a teoria e a ação marxistas se George Hegel não existisse na época? O que seria das explorações arquetípicas do mito de Jung sem a teoria psicanalítica do sustento de Freud? O que teria acontecido com Comte e os preceitos positivistas que continuam a liderar a academia - e, em geral, para a vida cotidiana - sem a visão de São Simão? Dito de outra forma, qualquer nova teoria, proposta metodológica, hipótese ou descoberta feita pelo ser humano não possui uma originalidade completa, é um remistura: foi feita usando essas três técnicas: copiar, transformar e combinar como corrobora Ferguson (2012).

Torna-se evidente- que grande parte da cultura como a conhecemos atualmente - e provavelmente há 10. 000 anos - é o resultado de misturas de ideias, histórias, invenções que surgiram graças à cópia, imitação ou enriquecimento de ideias que não estavam sujeitas a direitos autorais. Correndo o risco de cair em uma posição evolutiva, a cultura se desenvolve porque você pode imitar as ideias dos outros e adicioná-las da perspectiva particular de cada indivíduo e cada cultura. Não é de estranhar que encontremos nas histórias judaico-cristãs restos ou reminiscências de narrativas ancestrais de mitos mesopotâmicos, como o poema de Gilgamesh, ou poderosos elogios ao deus *Rá* intercalado no livro dos Salmos. Além disso, eles podem ser encontrados nas

figuras heroicas de hoje apresentadas nos quadrinhos ou nos filmes de ação, citações claras de obras literárias clássicas, que por sua vez encontram apoio nas antigas histórias sagradas dos deuses gregos, egípcios ou celtas.

Também podem ser encontrados vários contrastes que, de acordo com a ordem das palavras, podem dar diferentes nuances para misturar o estudo antropológico ou histórico, pensar na antropologia da história, na história da antropologia, na antropologia histórica, na etnohistória, na antropologia do passado, na antropologia da memória, história cultural, história antropológica, história de conceitos, história de ideias, entre outras, geram múltiplas combinações que apresentam a abordagem que se adequa a cada pesquisador(a).

A ANTROPOLOGIA DA HISTÓRIA

O Ocidente não é a única rede de povos e culturas com a capacidade de tentar se reproduzir em retrospecto. Não existe uma trajetória única da humanidade, cada sociedade tem sua própria vida, seu curso, e sociedades semelhantes são comparáveis tanto em sua historicidade (ou modo de desenvolvimento) quanto em sua estrutura, como conceitua o teórico francês Émile Durkheim (1980). Assim, várias culturas têm a necessidade de entender seu passado e recorrer a especialistas. A antropologia da história enfoca os vários meios e formas alternativos que poderiam ser utilizados para representar o passado, assim como a antropologia da religião tenta reunir e comparar as várias maneiras pelas quais a religião está estruturada nas sociedades do mundo. Portanto, "a antropologia da história lida com a epistemologia econômica da história em uma dada sociedade" (STEWART, 2012, p. 3).

As formas particulares de consciência histórica que cada sociedade pode possuir abrem totalmente uma questão antropológica válida como ponto de referência para entender os modos de relacionamento que cada cultura tem com a percepção do tempo, dos eventos passados, presentes e futuros. Lembremos que na Idade Média, sob a esmagadora influência do cristianismo, as formas de relacionamento com o passado se baseavam na eventual redenção que prometia retornar aos momentos mitológicos do "paraíso terrestre e de seus habitantes nos fabulosos tempos que antecederam à história" em um ciclo de eterno retorno (Eliade, 1999, p. 38). Tal premissa implica que diferentes contextos culturais são capazes implantar diferentes modos de ação, conscientização e determinação histórica: suas próprias práticas históricas, como preceitua o antropólogo-historiador norte-americano Marshall Sahlins (1983).

Se contrastarmos - como costuma ser o método antropológico - o conjunto de eventos e datas que são sequencialmente acomodados na história do Ocidente, contra sociedades sem história, um princípio de atemporalidade pode ser encontrado neste último, por que o passado pode ser ativado no presente através do significado, da transmissão de um relacionamento social, de uma lenda tribal, de um mito, de um princípio cósmico, de um poema, de um indivíduo, da adesão a um chefe ou a um rei, a um herói cultural, uma memória recente, a imagem ou o símbolo, para citar algumas das formas complexas de relacionamento de outras culturas com o passado.

Portanto, as situações passadas das sociedades passível de ser consideradas a-históricas podem ser explicadas através dos relatos fundadores que a compõem, e também em referência a uma série de narrativas constituídas que compõem a realidade. Tais narrativas não precisam ser meramente mitológicas, mas são estruturadoras de significados e códigos. A antropologia da história tenta multiplicar as diferentes concepções da história por uma diversidade de estruturas que ajudam a entender a complexidade de como os seres humanos se relacionam com a conformação de seu passado.

ANTROPOLOGIA HISTÓRICA

Existem noções entrelaçadas dos limites da antropologia histórica, algumas reivindicando o nome na ausência de uma melhor para a etnohistória (RUSSELL & BERDAN, 1998, p. 5), outras pelo contrário, consideram-na em um campo muito definida como uma antropologia do que o pesquisador não pode mais testemunhar ao vivo, apoiada por eventos socioculturais passados de acesso através de documentos, restos mortais, materiais *in situ*, em museus, histórias de vida de cativos, viajantes, refugiados, missionários e histórias que permanecem dos atores atuais das culturas contemporâneas. A antropologia histórica concentra-se em sociedades que não têm mais voz viva, por isso também requer apoio na arqueologia. Seu método combina a intensa busca de arquivos e a presença do pesquisador(a) no campo para coletar dados e contar uma história do passado e do presente (DUBE, MARTÍN e PICAZO, 2009, p. 69), em uma prática etnográfico, reunindo considerações das texturas temporais das formações culturais e transformações sociais. A intenção disso - parafraseando Marshall Sahlins - é que as histórias sombrias de ilhas remotas merecem um lugar "próximo à autocontemplação do passado europeu" (1997, p. 73).

A antropologia histórica surge como resposta à ausência de sujeitos históricos nas etnografias da primeira metade do século XX, onde elementos culturais mostraram-se

imperturbáveis diante de mudanças e mutações, rupturas e continuidades que deram origem a forma o passado e o presente (DUBE, LEGORBURO e MUÑOZ, 2007, p. 605). Outras conotações possíveis vêm dos fundamentos da história cultural. Marc Auge fala sobre a sensibilidade que alguns historiadores durante os anos 70 sentiram ao analisar o emaranhado dos elementos sociais e impressos do método antropológico em seus modelos históricos.

Em 1975, Jacques Le Goff chamou seu seminário de "antropologia histórica" expressão com a qual ele designa um esforço para chegar, assim como o etnólogo, "ao nível mais estável e imóvel das sociedades" (AUGÉ, 1998, p. 23). Essa tentativa também é inspirada no programa com o qual a "história das mentalidades" foi chamada, como Marc Bloch pensou na época em que recomendava estudar a lógica "de comportamentos coletivos menos voluntários e menos conscientes" (AUGÉ, 1998, p. 23).

A antropologia histórica, como tal, só foi institucionalizada - segundo o antropólogo italiano Pier Paolo Viazzo - no ambiente acadêmico alemão, e teve seu início lá como uma iniciativa de historiadores ansiosos para se tornar independentes das correntes do conservadorismo metodológico da ciência histórica tradicional alemã, em um meio acadêmico que estava desamparado com a renovação de *Annales* e a nova história social britânica. De fato, o termo foi usado na Alemanha já em 1968, formando um Instituto de Antropologia Histórica em 1973 em Freiburg (VIAZZO, 2003, p. 20-22).

A ETNOHISTÓRIA

A metodologia etnohistórica- orientou a história indígena ou de povos tradicionais desde o início do século XX dilatadas pesquisas em diferentes partes do mundo: América do Norte, Oceania e também no Pacífico, como corrobora Trigger (1982). A terminologia *etnohistória* emergiu pela primeira vez em 1909, quando o antropólogo norte-americano Clark Wissler (1870-1947) utilizou para referir-se aos documentos escritos e dados/manuais arqueológicos para ressignificação/remodelamento da história nos âmbitos das culturas indígenas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008).

Partindo desses pressupostos- a rápida expansão imperialista do século XIX produziu uma crescente incorporação de povos na ordem colonial imposta. Esse processo foi acompanhado pela urgência de projetar técnicas de observação e descrição para facilitar o controle político e religioso.

Naquela época, tanto o termo "etnohistória" quanto seu parente, "etnologia", tinham várias conotações/definições. Este último se referia inicialmente ao estudo do homem, mas quando ele foi substituído pelo da "antropologia", sua denotação se voltou para a análise histórica da sociedade e dos costumes/hábitos (KRECH, 2000, p. 213). Em 1900, o consenso sobre seu significado se dissipou e começou a associar-se mais ao estudo da cultura material ou à emergente antropologia social e cultural.

O termo etnohistória, como explica Bernard Cohn (1974), surgiu na década de 40 do século XX com alguns antropólogos, arqueólogos e historiadores americanos que concentraram seus estudos nos aborígenes americanos. Nessas investigações, materiais etnográficos e históricos foram usados para obter uma fusão que Melville Herskovits intitulou de "método etnohistórico" (HERSKOVITS, 1949, p. 549).

Já Marc Auge entende que o objeto de estudo da etnohistória são as sociedades ágrafas, cujo registro do passado persiste através de objetos e mitos. Seu objetivo é registrar a herança cultural das pessoas sem manifestação consciente de sua própria cultura. Da mesma forma, perguntas são feitas sobre a história real das sociedades que estuda e sobre a qualidade e os testemunhos que ela coleciona dessas sociedades- por isso é questionada sobre a tradição e a transmissão oral, em oposição às possibilidades de comparar tais depoimentos da mão da documentação com os materiais escritos que o pesquisador pode coletar (AUGÉ, 1998, p. 19).

As fontes para o etnohistórico expandem-se para o significado de mitos, sons de bateria ou rituais, de modo que também é possível questionar as particularidades de cada modalidade de memória temporal. O(a) pesquisador(a) aprende, por exemplo, a interrogar os silêncios, esquecimentos ou deformações das genealogias, aprende a apreciar o real papel e o funcionamento ideológico de um evento ampliado pela tradição oral e escrita.

A prática etnohistórica tem fortes laços com a antropologia histórica, estendendo seu alcance ao estudo de culturas desaparecidas pela extinção ou (re)significação derivada da conquista ou colonização, usando fontes escritas. Dessa forma, a etnohistória estabelece uma variante do método histórico imposto mais pelas circunstâncias particulares de obtenção de informações do que pelos requisitos internos de uma abordagem disciplinar, próxima à arqueologia, cujo método apela a restos materiais ou a linguística histórica, que é apoiada pelo patrimônio cultural acumulado na linguagem (SANTAMARÍA, 1985, p. 467).

Por fim, cabe enfatizar que a correspondência entre história e antropologia que floresceu através de uma etnohistória clássica e tradicional, geralmente limitada à história documental de algumas comunidades, particularmente indolentes, é atualmente instituída de outra maneira, desde uma discussão mais complexa sobre a temática como resultado da colaboração progressiva entre as duas disciplinas. É assim que aparecem as tendências que sugerem a substituição do termo etnohistória pela da antropologia histórica.

A MEMÓRIA COMO CONCEITO: PASSADO-PRESENTE

Como pode ser visto, tanto a antropologia quanto a história tentaram estruturar e combinar métodos mais complexos, dinâmicos e heterogêneos- em um esforço para complementar as deficiências que ambas as disciplinas podem encontrar ao abordar os fenômenos de investigação.

As mudanças que as ciências sociais começaram a experimentar, em um processo de autorreflexão - particularmente durante a segunda metade do século XX - levaram os historiadores a aproveitar a história da Segunda Guerra Mundial, enquanto os sociólogos e, logo depois, os etnólogos começaram a focar sua atenção nas comunidades de trabalhadores e camponeses no processo de dissolução: são coletados testemunhos, histórias de vida e memórias individuais ou compartilhadas do passado.

A renovação que a história recebeu quando a Escola dos Anais foi formada - iniciada nos anos 20 do século XX - levou uma geração de historiadores que apoiaram os escritos de Braudel, e o apoio entusiasmado que ele deu a abordagens multidisciplinares, bem como uma epistemologia dos tempos históricos, como sintetiza Barrieria (2013). Enquanto a antropologia se volta para as cidades, fundando um campo de estudos focado nos processos culturais da cidade; a psicologia permeia fortemente os campos da sociologia, da etnologia e da história. Prova disso pode ser vista nas obras de Roger Bastide como *Le rêve, la transe et la folie*, *Sociologie des maladies mentales* ou *Les Religions africaines au Brésil*, onde promove o estudo da sociologia do sono, a sociologia das doenças mentais, mas com mais impacto o estudo da memória, que abordou métodos retirados da etnografia, a abordagem de Maurice Halbwachs e sua teoria da "memória coletiva" desenvolvido em *Les Cadres sociaux de la mémoire* (1925), *La Topographie légendaire des Évangiles* (1942) e *La Mémoire collective* (1950).

Na França, são os historiadores, especialmente Pierre Nora e Jacques Le Goff- que defendiam a conveniência de ouvir e trocar abordagens com etnólogos, que em meados da década de 1970 se preocupavam em promover a noção de “memória”. Nas ciências sociais, a "memória" refere-se, assim, a todas as formas da presença do passado que garantem a identidade dos grupos sociais e, especialmente, da nação. Não é história, portanto, na medida em que tende à inteligibilidade do passado, e não é, propriamente falando: é economia geral e administração do passado no presente, como postula Lavabre (2007).

O uso mais comum da noção de memória coletiva evoca a memória compartilhada de um evento do passado vivido em comum por um coletivo, extenso ou delimitado, para que possa ser encontrado, por exemplo, em uma nação, vila ou família. Mas inclui também a história ou o que é chamado de “memória histórica”, como garante da permanência das grandes mitologias coletivas: o interesse dado aos depoimentos, às histórias de vida, às autobiografias dos atores da história, famoso ou anônimo, poderoso ou dominado, que, em todos os casos, assumimos representativos de seus grupos de membros, corresponde ao primeiro uso, ou seja, a memória compartilhada de um evento; é baseado na ilusão de que o passado pode ser derramado no presente (LAVABRE, 2007).

Outro uso compartilhado da memória coletiva é seu caráter de “memória nacional”, por exemplo, o conhecimento compartilhado das comemorações dos feitos dos heróis da história nacional de cada povo, representados em livros ou monumentos históricos ou outros lugares com significado. Basicamente, a definição não se baseia na memória apreendida pelo testemunho, mas na diferença elementar da história e da memória. Assim, a “memória coletiva” seria então um conjunto de manifestações que não apenas revelam, fazem ver, leem ou pensam sobre a presença do passado, mas têm a função de estruturar a identidade do grupo ou da nação e, portanto, defini-las como tal, e distingui-los de outras entidades comparáveis é tão cedo evocação, memória de um evento vivido, narração, testemunho ou relato histórico, como uma escolha do passado, interpretações e até sua instrumentação, comemoração, monumento e até mesmo vestígios de história e história- peso do passado, como argumenta Rousso (1991).

O uso social e político do passado está intimamente ligado à memória. A expressão tenta explicar/explicitar como vários atores sociais apelam ao passado e à historiografia para obter evidências e argumentos que apoiam as agendas de ação no presente. O fator histórico que passa

despercebido pela força de sua presença é invariável. A história está amplamente relacionada à memória, a tal ponto que às vezes elas se enredam. Os dois são baseados no passado e ambos concebem o passado no presente; eles contêm uma dimensão individual e, por sua vez, um sentido coletivo.

Difícilmente os setores hegemônicos escapam do uso dessa estratégia antiga, na qual são selecionados os episódios, símbolos e narrativas do passado que os ajudam a legitimar com o tempo sua razão de ser. Para esse trabalho, elementos são usados para fazer um discurso baseado em imagens que geram emoções e cenas que são constantemente citadas para reforçar sentimentos, identidade, ideias ou mesmo impulsos consumistas nacionalistas. Não é incomum encontrar citações constantes em discursos políticos - que se tornou um exercício muito bem pago sobre os valores pelos quais eles lutaram no passado e a necessidade de perpetuá-los (LÓPEZ BERNAL, 2011, p. 35).

Assim, cabe corroborar que o uso do passado pode ser imposto como uma forma de esquecimento, estabelecendo narrativas dominantes, extraídas diretamente da história e da memória, passadas pelo filtro de qualquer ideologia ou facção política para se apresentar como patrimônio turístico, em museus, rituais, audiências, livros didáticos e outros artefatos da cultura de massa com efeitos surpreendentes (DOWD HALL, 2005, p. 1233).

REFLEXÕES FINAIS

Antropologia e história são disciplinas que atualmente compartilham não apenas métodos e aparências, mas são complementares para acessar tanto o conhecimento dos seres humanos imersos em sua cultura quanto sua posição no espaço-tempo. O espaço da antropologia é inevitavelmente histórico e carregado de significado pelas relações, interações e interrelacionamentos humanos e seus processos de simbolização que, organizados em sistemas complexos e dinâmicos, dão ordem à vida social. Essa estruturação simbólica da vida e do social é inevitavelmente anterior às ferramentas e processos que servem para interpretá-la; portanto, às vezes é erigida como uma barreira que se coloca diante das abordagens históricas.

Embora em algum momento ambas as disciplinas tenham experimentado um distanciamento, serviu para realizar processos científicos de autorreflexão como disciplinas aparentemente interdependentes. Sua (re)conciliação foi orientada para a busca de explicações

sobre os fenômenos sociais e as crises que eles enfrentaram após os eventos pós-coloniais da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A reunião de ambas as perspectivas sociais gerou frutos que ainda hoje não estão totalmente configurados, mas também conseguiram consolidar abordagens consistentes, como etnohistória, história cultural ou o surgimento de estudos sobre a memória coletiva.

Dessa forma, valeria a pena continuar esse interessante exercício e buscar respostas em outras construções teóricas, como história antropológica ou história da antropologia, história cultural, história de mentalidades e conceitos ou suas derivações em outros campos, como psicologia, arte, filosofia, hermenêutica, ontologia e estudos culturais - que encontraram ecos profundos no Reino Unido - bem como as perspectivas do estudo imaginário que foi gerado na França após as grandes perguntas feitas nas ciências sociais durante a segunda metade do Século XX.

Portanto, as *remisturas culturais* e científicas são o trem no qual a humanidade se move em direção à construção do conhecimento, à busca e elaboração do sentido que a sociedade ocidental perdeu. A jornada feita ao longo deste artigo mostra como é que, por um lado, a especialização disciplinar da ciência é necessária quando se tenta entender os fenômenos que se propõe estudar em profundidade; mas, por outro lado, mostra os efeitos colaterais negativos, pois pode deixar de lado visões, descobertas ou pontos de vista que enriquecem cada disciplina. A necessidade de multidisciplinar torna-se clara e necessária em um mundo em que o conhecimento e a informação crescem exponencialmente. O desenvolvimento científico exige precisamente perspectivas que se complementem por meio da visão crítica e da cooperação entre as diversas áreas de estudo, tanto as que foram consolidadas por seu rigor, quanto as mais recentes, que buscam e exploram outras formas de fazer ciência.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. Hacia una antropología de los mundos contemporáneos. Barcelona, Cataluña, España: Gedisa, 1998.
- BARRIERA, D. G. La antropologización de la Historia Las edades medias de Jacques Le Goff (de Mercaderes y banqueros a La bolsa y la vida). Rosario, Argentina: Prohistoria, 2013.
- COHN, B. S. "Etnohistoria". En D. L. Sills, & V. C. Tomás, Enciclopedia de las ciencias sociales (Vol. 5). Madrid, España: Aguilar, 1974.



- CRAIG, C. [Detroit techno]: Musician Snapshots (Series of The Music You Should Hear ed., Vol. 1). Detroit, EUA: Stone Blue Editors SBE Media, 2015.
- DOWD HALL, J. The Long Civil Rights Movement and the Political Uses of the Past. *The Journal of American History*, 91 (4), 1233-1263, 2005.
- DUBE, S; LEGORBURO, Y; MUÑOZ, A. Llegadas y salidas: la antropología histórica. *Estudios de Asia y Africa*, 42 (3), 595-645, 2007.
- DUBE, S; MARTÍN: A; PICAZO, M. E. Patrones del Pasado. Un Ensayo Sobre Historia Crítica y Antropología Histórica. *Estudios de Asia y Africa*, 44 (2), 367-381, 2009.
- DURKHEIM, É. (1980). *Contributions to L'Année Sociologique*. NY, EUA: The free press.
- ELIADE, M. *Mitos, sueños y misterios*. Barcelona, Cataluña, España: Kairós, 1999.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A História Indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, 2001, v. 2, n. 2, p.115-124.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Anthropology and History*. Manchester, RU: Manchester University Press, 1961.
- FERGUSON, K. Everything is a Remix. Recuperado el 2016 de 06 de 18, de Everything is a Remix The sit about ongoing video series: 2012. <http://everythingisaremix.info/blog>.
- HARRIS, M. *El desarrollo de la teoría antropológica*. Coyoacán, D.F., México: siglo XXI, 1999.
- HERSKOVITS, M. J. *Man and His Works: the Science of Cultural Anthropology*. New York, EUA: Alfred A. Knopf, 1949.
- KAPLAN, D; MANNERS, R. *Introducción crítica a la teoría antropológica*. México: Nueva Imagen, 1979.
- KORSBAEK, L. *La antropología y la historia: la historia de las mentalidades y la antropología en la actualidad*. DF, México: Red Ciencia Ergo Sum ProQuest ebrary, 2006.
- KRECH, S. Etnohistoria. En T. Barfield, *Diccionario de antropología* (págs. 213-216). CDMX, México: Siglo XXI, 2000.
- LAVABRE, M. C. "Maurice Halbwachs y la sociología de la memoria". En A. Pérotin-Dumon, *Historizar el pasado vivo en América Latina*. Colombia: Universidad Alberto Hurtado, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropología estructural*. Barcelona, Cataluña, España: Paidós, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, C. *El pensamiento salvaje*. DF, México: FCE, 2003.
- LLOBERA, J. R. *La antropología como ciencia, textos compilados y prologados por J. R. Llobera*. Barcelona, España: Anagrama, 1975.
- LÓPEZ BERNAL, C. G. *Mármoles, clarines y bronces. Fiestas cívico-religiosas en El Salvador, siglos XIX y XX*. San Salvador, El Salvador: Editorial Universidad Don Bosco- SECULTURA, 2011.



- RINGUELET, R; ARCHENTI, A; ATTADEMO, S; SALVA, M. C; WEINGAST, D. El campo de la antropología. En R. Ringuelet, Temas y problemas en Antropología Social (págs. 5-40). La plata, Argentina: Universidad Nacional de La Plata, 2013.
- ROJAS. J. L. La Etnohistoria de América. Los indígenas, protagonistas de su historia. Buenos Aires: SB, 2008.
- ROUSSO, H. Pour une histoire de la mémoire collective: l'après Vichy. En P. y. Peschansky, Histoire politique et sciences sociales. Paris, Francia: Complexe, 1991.
- RUSSELL, B; BERDAN, F. F. The Emperor's Mirror: Understanding Cultures Through Primary Sources. Arizona, EUA: Tucson: University of Arizona Press, 1998.
- SAHLINS, M. Islas de historia: La muerte del capitán Cook. Metáfora, antropología e historia. Barcelona, Cataluña, España: Gedisa, 1997.
- SAHLINS, M. Other Times, Other Customs: The Anthropology of History. American Anthropologist, 85 (3), 517-544, 1983.
- SANTAMARÍA, D. J. La historia, la etnohistoria y una sugerencia de los antropólogos. Desarrollo Económico, 25 (99), 465-472 Published by: I, 1985.
- STEWART, C. Dreaming and historical consciousness in Island Greece. Harvard, EUA: Harvard University press, 2012.
- TRIGGER, B. G. Ethnohistory: problems and prospects. Ethnohistory.1982, v. 29, n.1, , p. 1-19.
- VIAZZO, P. Introducción a la Antropología Histórica. (E. d. Curatola, Ed., & T. d. Fernández, Trad.) Lima Perú: Pontificia Universidad Católica del Perú–Instituto Italiano de Cultura, 2003.